



Para a cidade conviver com o rio

Entre os projetos para a reconstrução e melhoria da infraestrutura de São Luiz do Paraitinga destaca-se o plano de urbanização, arquitetura e paisagismo coordenado pelo arquiteto José Xaides de Sampaio Alves, professor da Unesp. Com apoio de uma turma de 12 alunos bolsistas, ele formulou uma proposta com base no conceito de “cidade permeável”, que visa fazer com que a zona urbana conviva de forma harmônica com o Rio Paraitinga, precavendo-se de desastres futuros [ver artigo na pág. 2].

O plano contempla a construção de equipamentos públicos que, além de servirem à população, ajudem no caso de ocorrência de uma enchente tão grave quanto a do início deste ano. As novas edificações são agora pensadas para ajudar a diminuir a força das águas que naturalmente correm para o Centro Histórico, quando das enchentes, redirecionando seu fluxo para o leito do rio.

Escola e passeio público

O projeto prevê que um desses equipamentos, a Escola de Música, será construída onde ficava a Biblioteca Municipal, no meio de um quarteirão quase todo destruído. Os danos foram mais graves nessa área porque foi exatamente ali que passou o fluxo mais forte da correnteza, durante a enchente.

A Escola de Música deverá ser um centro de ensino e apresentações culturais, com auditório de 250 lugares e anfiteatro para 300 pessoas. Terá também uma espécie de “varanda musical”, voltada para a Praça da Matriz, para shows e apresentações diversas. Ali também estará o Projeto Guri, o bem-sucedido programa de ensino da música para jovens e crianças.

Além da sua importância funcional, a construção poderá servir de anteparo e fazer as vezes de um dique, freando a força e a velocidade da água. Já o anfiteatro, com uma curvatura estratégica, redirecionará o rio para fora do Centro Histórico, no caso de outro acidente.

O conjunto será integrado a uma Via de Parque, também prevista no projeto, que se estenderá por toda a margem do rio, paralela à Rua do Carvalho. Será uma área de lazer, propícia a caminhadas, pescaria e até mesmo como ponto para rafting urbano e de bóia-cross. Segundo o professor Xaides, integrar o rio ao cotidiano dos moradores é uma das intenções do projeto.

Centro de Educação

Outro equipamento público previsto é o Centro de Educação Socioambiental, Lazer, História e Esporte, a ser construído no local onde está o pátio de veículos da Prefeitura. Esta será uma área multiuso. Deverá ter programas culturais, como um museu de história natural; e de educação, esporte e lazer, como sala de ginástica, quadras e pista de skate abertos ao público. O plano é que ali se ministrem cursos de capacitação e oficinas culturais. De acordo com Xaides, há previsão de uma galeria para comercialização de produtos locais e de área para um heliponto.

Está nos planos construir uma grande passarela sobre o Rio Paraitinga, acima do nível atingido pela última enchente, interligando a área à saída principal da cidade e ao terminal rodoviário. Esse complexo, no caso de um novo transbordamento, servirá de abrigo para população, pois foi planejado para facilitar a saída das pessoas da cidade por meio de botes, pela passarela elevada e por helicópteros. A



foto: José Xaides

Maquete da nova praça: as construções junto à margem do rio (à dir.) são previstas para funcionar como um dique contra a força das águas

edificação da passarela, assim como a Escola de Música, servirá para redirecionar o fluxo da água para o leito do rio, facilitar o escoamento e proteger a cidade da força da correnteza e dos grandes objetos trazidos por ela.

Os planos do professor ainda prevêem a construção de um teleférico, para facilitar o acesso ao Morro do Cruzeiro e estimular que o local cumpra sua vocação de mirante da cidade, tornando-se mais um atrativo turístico.

Praça de eventos

Outra providência prevista no projeto é a nova localização do terminal rodoviário, transferido para uma área maior, à direita do Ginásio Poliesportivo, integrada a uma Praça do Carnaval e ao próprio ginásio. A ideia é criar um local propício para acolher os visitantes durante os períodos festivos e desafo-

gar o Centro Histórico. O ginásio contará com um palco retrátil voltado para a Praça do Carnaval – um espaço privilegiado para a realização de shows.

O projeto básico já está pronto, o que não significa dizer que será logo executado. O professor Xaides informa que agora está se discutindo, junto à Prefeitura e aos Conselhos Municipais, a viabilidade e a urgência de cada uma dessas obras. Esse processo deverá ocorrer de forma participativa, para que a comunidade luizense opine e aponte suas prioridades. Para apoiar a realização do empreendimento, a Unesp está pesquisando fontes de financiamento e de incentivos públicos, no Brasil e no exterior. O argumento maior é a importância histórica e arquitetônica da cidade e sua condição no pós-enchente.

O plano de urbanização elaborado pela equipe da Unesp também pretende recuperar as Áreas de Preservação Permanente (APP). Para isso, será formatado um projeto paisagístico a ser aplicado na urbanização da cidade, valorizando espécimes da mata nativa. Prevê ainda um diagnóstico do sistema de habitação da cidade, pesquisando moradias sustentáveis que causem menos impactos nos terrenos e se harmonizem com a arquitetura característica do município. Também estão nos planos a construção de um portal para pedestres na futura praça do Residencial Casinha Branca, construído pelo CDHU, e, finalmente, a reforma do Cemitério Municipal.

Reprodução



Estudos produzidos para a área onde hoje está o terminal rodoviário têm o objetivo de criar um novo espaço de convivência e desafogar o Centro Histórico durante as grandes festas da cidade

Reprodução



Editorial

JR, fase I

“O jornalismo é o exercício diário da inteligência e a prática cotidiana do caráter.” [Cláudio Abramo, 1923-1987]

Com esta edição, encerra-se a primeira fase do *Jornal da Reconstrução*. A existência deste jornal foi possível graças ao empenho de distintos atores envolvidos na revitalização de São Luiz do Paraitinga. Houve uma mobilização intensa, é fato, mas convém não esquecer que o processo apenas começou, deve levar alguns (espera-se) poucos anos e haverá de exigir ainda mais energias da comunidade – poder público e sociedade civil incluídos. Este jornal pretendeu registrar os primeiros seis meses desse trabalho, produzindo informação baseada em fatos e em fontes fidedignas. A equipe do JR entende que o direito à informação é um dos direitos básicos da cidadania, e por isso preocupou-se, sobretudo, em fazer jornalismo de interesse público.

A circulação dessas nove edições não teria sido possível sem o apoio da Universidade de Taubaté, por intermédio do Departamento de Comunicação Social, que proveu as condições de produção das pautas, da arte e da diagramação. Nossos repórteres são alunos do último ano do curso de Jornalismo e se deslocaram a São Luiz em transporte cedido pelo Poder Legislativo taubateano. Foram também decisivos o apoio institucional da Universidade Estadual Paulista (Unesp), o profissionalismo da Imprensa Oficial, responsável pela impressão e entrega da edição nos prazos acordados, e a presteza dos funcionários da Prefeitura em atender à reportagem do JR. Mas o fundamental foi você, para quem este jornal foi feito.

Expediente

Editor: Luiz Egypto de Cerqueira (MTb 10.848)
Secretária de redação: Ângela Loures
Chefe de reportagem: Judas Tadeu de Campos
Arte e diagramação: Renata Maria Monteiro
Alunos voluntários: Maria Clara de Carvalho, Felipe Guerra, Pedro Funchal (reportagem); Vanessa Cunha (reportagem e diagramação)
Colaboradores: Chinica Medeiros, José Xaides de Sampaio Alves, Larissa Costa, Nana Vieira, Natália Moradei
Apoio: Câmara Municipal de Taubaté

O *Jornal da Reconstrução* é um projeto de extensão do Deptº de Comunicação Social da UNITAU e órgão informativo da Câmara de Desenvolvimento Socioeconômico de São Luiz do Paraitinga.

Fale conosco: jornaldareconstrucao@gmail.com

Jornalista Responsável: Ângela Loures
 MTB 173/01/87v DRT-MS

Tiragem: 2.000 exemplares



unesp

ctp, impressão e acabamento

imprensaoficial

Planos para adiante

Luiz Egypto (*)

O desastre de janeiro, tirante o trauma que deixou no patrimônio e na alma luizenses, serviu para escancarar duas evidências. A primeira delas é a absoluta dependência de recursos públicos para enfrentar as necessidades do processo de reconstrução. Nada de novo, já era assim antes; este é um município pobre, sua arrecadação é pífia. A segunda tem a ver com o futuro: o que será de São Luiz do Paraitinga depois de encerrada a etapa de recuperação, tocada com um volume de recursos nunca antes visto por aqui?

Judas Tadeu de Campos (*)

Na década de 1940, o Prêmio Nobel de Economia Friedrich Hayek disse uma frase que ficou famosa: “O principal é a economia, o resto é consequência”.

Em 1920, São Luiz tinha uma produção agrícola e diversificada: arroz, milho, feijão, batata, mandioca, algodão, cana de açúcar, fumo, café, abacate, manga, pêra, laranja e banana. Esses alimentos eram, em grande parte, destinados ao abastecimento de cidades do Vale do Paraíba que estavam se industrializando ou ainda presas à decadente monocultura do café. Depois, veio a pecuária. Em 1960, dezenas de caminhões transportavam a produção leiteira para três usinas de processamento. Somente a usina local da Vigor recebia em torno de 780 mil litros mensais. A partir da década seguinte, o leite também foi diminuindo.

E agora, o que São Luiz produz? Do que vive a nossa economia? O que os 700 quilômetros de estradas vicinais transportam? Pelo jeito, muito pouco,

José Xaides de Sampaio Alves (*)

Os consistentes debates sobre hidrologia, meio ambiente, habitação social e patrimônio cultural, travados em diversos fóruns em São Luiz do Paraitinga, revelam como a administração municipal e a comunidade estão ampliando os espaços permeáveis à democratização do processo de gestão. É uma prática que vem do processo de discussão e aprovação do Plano Diretor Participativo do município.

De outra parte, a crise provocada pelas águas evidenciou o surgimento de novas oportunidades e mostrou como as permeabilidades técnicas e sociais podem filtrar conhecimentos que contribuam para a reconstrução sustentável do município

Problemas e soluções

As causas da violência – e a forma como as águas atingiram e destruíram parte do patrimônio material de São Luiz do Paraitinga – estão sendo

A cidade desejada é um lugar melhor para viver, que seja sustentável, preserve sua identidade cultural e saiba educar suas crianças. Mas, como criar riquezas? O motor da economia do lugar há que ser, prioritariamente, o turismo? Há riscos de sedução por ideias delirantes quanto as que propõem o turismo de massa como forma de renascimento econômico do município?

São Luiz do Paraitinga não suporta multidões: tem infraestrutura frágil, embora seus encantos sejam superlativos. Sua vocação é para o turismo seletivo, constante e rentável. E o maior desafio para sua revitalização econô-

mica é a atração de indústrias limpas. Engenharia de software, por exemplo. Um lugar agradável como este, servido por boas estradas e a 170 km de uma capital saturada e poluída, pode muito bem abrigar centros de programação de excelência, ligados à indústria da informática e à internet. Como pressuposto natural e imprescindível, um amplo programa de inclusão digital com foco na educação e na universalização de conexões em banda larga.

Impossível? Duvide.

(*) Jornalista

O futuro do município

pois mesmo com o incremento trazido pelo turismo, o que se percebe é que nosso comércio depende, basicamente, de uma clientela formada por funcionários públicos, trabalhadores braçais e aposentados. Quase todos vivendo de baixa e média renda. Por isso, o título deste texto poderia ser invertido: “Nosso município tem futuro?”

O futuro de São Luiz vai depender principalmente do que a nossa zona rural voltar a produzir. E para a reativação da economia agropastoril do município será preciso que se busque ajuda de agências de reconhecida competência, como a Embrapa, o Instituto Agrônomo de Campinas e a Escola Superior de Agricultura da

USP, em Piracicaba. Só pondo em prática as orientações técnicas dadas por instituições como essas, os bairros rurais poderão reativar nossa economia e se tornar um fator de um desenvolvimento sustentável.

Em outras palavras, o pensamento de Hayek continua atual.

(*) Jornalista

foto: Nana Vieira



Parte do Centro Histórico, em imagem tomada de 2005: a Matriz será reerguida e a igreja do Rosário, recuperada

A cidade permeável

estudadas por especialistas, mas já se projetam no conjunto de obras e ações articulados de forma a amenizar e controlar as ocorrências futuras, como o apontado pelos professores Aziz Ab'Saber e Kokei Uehara.

Com parâmetros científicos e o desejo de preservar os bens tombados da cidade, desenvolvemos o conceito de “Cidade Permeável” para os trabalhos de urbanismo, paisagismo e arquitetura realizados na área urbana tombada. Seu princípio é aceitar os fatos e propor soluções para que o Centro Histórico possa conviver com o rio e resistir tecnicamente a eventuais episódios tão graves quanto o de janeiro.

Será preciso cuidar para que o Rio Paraitinga estrague menos a cidade em seus momentos de fúria. Por isso, estão em discussão medidas ambientais de longo prazo, como a recuperação de matas nativas e ciliares, trabalhos emergenciais de contenção de encostas, correção da geomorfologia do

rio, desassoreamento, rompimento de bloqueios de rochas, além de obras de engenharia “rio acima” e “rio abaixo”.

Novo e antigo

A idéia desenvolvida para os projetos de arquitetura que estamos trabalhando é que estes sejam concebidos considerando o conceito de “permeabilidade”, isto é, a possibilidade de convivência sazonal com novas ententes.

O conceito de “Cidade Permeável” contempla o novo e o antigo. Busca a preservação das obras antigas e determina a concepção e execução das ações subsequentes de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Seu intuito é contribuir para o fortalecimento da identidade de São Luiz do Paraitinga, e valorizá-la ainda mais no contexto brasileiro e internacional.

(*) Professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp – Bauru

Por onde respira a zona rural

A maior parte da área rural de São Luiz do Paraitinga já está com um aspecto melhor do que o observado no início do ano, quando pontes quebraram e houve queda de barrancos em diversos pontos. Em maio, o agricultor Benedito Pires dos Santos, conhecido como Dito Anacleto, do bairro do Bom Retiro, dizia que as condições das estradas já eram melhores do que nos meses anteriores, apesar das dificuldades para os veículos de maior porte. Sua família está entre os mais tradicionais produtores do município. Ele mora a 12 quilômetros da cidade.

“Eu produzo de 80 a 100 litros de leite diariamente, e um caminhão vem buscar o produto. Na época da enchente ficamos isolados, e tivemos que improvisar para transportar o lei-

te. Perdemos muito”, disse. “Agora a estrada está um pouco melhor, mas qualquer chuva ainda prejudica bastante a passagem de veículos aqui.”

Feito e a fazer

No final de junho a situação já era bem diferente. O filho de Benedito, Edson Pires dos Santos, planta verduras em uma propriedade próxima à residência do seu pai. Ele recolhe diariamente seus produtos e assegura que estão bem diferentes as condições das estradas que usa. Segundo ele, “a estrada está ótima agora: arrumaram as pontes e os problemas das encostas caindo. Melhor que isso, só se asfaltarem o trecho”.

De acordo com Donizete José Galhardo, diretor de Agricultura e Abastecimento do município, a previsão é que

até setembro 160 km de estradas rurais que tiveram problemas estejam em boas condições de tráfego. “Recuperamos 80 km de estradas em um primeiro serviço, e agora recuperaremos mais 79 km com um convênio federal. A Prefeitura já tem os equipamentos necessários para fazer as obras, que estão sendo realizadas sob a supervisão da Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) e da Defesa Civil”, informou. “Outros 100 km estão necessitando do mesmo tipo de serviço, e é o que estamos realizando neste momento.”

São Luiz do Paraitinga tem 550 km de estradas rurais mapeados e estima-se que há outros 150 km não reconhe-



foto: Thiago Gustavo

As estradas vicinais são decisivas para a reativação econômica da zona rural

dos. As primeiras obras de recuperação priorizaram cerca de 260 km de estradas vicinais do município.

Áreas de convivência

Muitos dos problemas de São Luiz do Paraitinga, agora destacados pela superexposição da cidade devido à catástrofe causada pela enchente do início do ano, são consequência de décadas de ausência de planejamento urbano e da devida fiscalização por parte da administração pública.

Um exemplo fácil de ser reconhecido é a situação de alguns núcleos urbanos constituídos de maneira irregular, em áreas de risco ou sem infraestrutura adequada. Muitos deles não apresentam as características prescritas em lei. A legislação prevê, por exemplo, a existência de áreas de convivência – como praças, parques e quadras esportivas.

Quando do loteamento de um terreno, devem ser reservadas áreas destinadas a fins públicos, assim como a

infraestrutura básica de redes de água, esgoto, ruas e calçadas. A administração pública deve prover os equipamentos de interesse social, como escolas, creches, postos de saúde e áreas de convivência.

De acordo com a lei federal nº 6.766/79 (conhecida como “Lei do Uso do Solo Urbano”), “os loteamentos, as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem”.

Não é isso que a realidade mostra. O bairro de São Benedito, por exemplo, não tem qualquer área destinada para fins públicos, por ter sido ocupado de forma irregular. Já o Alto do Cruzeiro, a Várzea

dos Passarinhos e o bairro das Casas Populares (junto à rua onde fica o Cemitério Municipal) apresentam poucas áreas de convivência, que estão subutilizadas e sem atrativos para os moradores.

Execução antecipada

Outro bairro em situação complicada é o Santa Terezinha, resultado do loteamento de um terreno particular. A área foi dividida e os lotes vendidos, mas os proprietários da área não construíram a infraestrutura básica necessária, impedindo que os serviços públicos fossem realizados.

A arquiteta Natália Moradei, da assessoria de Planejamento da Prefeitura Municipal, informa que existem projetos específicos para a Várzea dos Passarinhos, como a recuperação da mata ciliar nos fundos dos lotes. E o bairro das Casas Populares, segundo ela, terá

sua pracinha transformada em uma sala multiuso – para cursos, eventos culturais e reuniões da comunidade. Sobre o bairro Santa Terezinha, Natália afirma que a Prefeitura está realizando as obras para que, no futuro, equipamentos destinados ao bem estar dos moradores possam ser ali instalados.

O Plano Diretor do município prevê centros de convivência dotados de núcleos esportivos, culturais e recreativos. Este documento, aprovado em dezembro do ano passado, foi elaborado para ser desenvolvido no decorrer de dez anos. No entanto, segundo Natália, o aporte de verbas estaduais e federais em função do desastre havido na cidade pode fazer com que os projetos de infraestrutura sejam executados bem antes do previsto. Mas, por enquanto, são apenas projetos.



IPT avalia ponte principal

A prefeita Ana Lúcia Bilard recebeu, em 22 de junho, relatório técnico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) sobre a condição estrutural da ponte de concreto que cruza o Rio Paraitinga. Localizada na Av. Celestino Campos Coelho, nas proximidades da Praça Oswaldo Cruz, é bastante utilizada por veículos e pedestres que circulam no centro da cidade. Construída na década de 1930, a ponte apresenta infiltrações, trincas, rachaduras, corrosões e desalinhamentos, agravados com a enchente. A avaliação técnica mostra que os danos não apresentam riscos imediatos, porém as obras sugeridas devem ser feitas o mais rápido possível para evitar o agravamento do problema. O relatório aponta a necessidade de reparos nas armaduras de aço, além da reconcretagem e instalação de sistema de drenagem contra infiltrações. O documento indica como as obras devem ser executadas.

Obra de contenção

Começaram as obras de contenção na rua marginal ao Rio Paraitinga, na área tombada de São Luiz (foto à direita). Com a enchente, parte do calçamento cedeu. Para impedir novos deslizamentos, teve início o escoramento da área usando gabiões – segundo o dicionário *Aulete*, “estrutura flexível feita de tela de arame com que se revestem taludes, canais, estradas (...) para protegê-los da erosão”. São mais de 50 homens trabalhando em ritmo acelerado para que tudo esteja pronto em 90 dias. “Trabalhamos até nos fins de semana para cumprir o prazo”, diz o mestre de obras Justino Pereira. Além da contenção de 3 mil metros lineares, será feito o recapamento da via e a construção de calçadas.

Paisagismo

Em 21 de junho houve uma reunião para tratar da arborização urbana das futuras novas entradas da cidade. A prefeita Ana Lúcia Bilard (abaixo, no

fundo, à dir.) recebeu a engenheira agrônoma Eliana Maria Rangel de Almeida, do Instituto Florestal (a seu lado, ao centro), acompanhada da engenheira agrônoma Alcinéa Guimarães de Castro (atrás, à esq.), além de representantes da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) da Secretaria do Meio Ambiente: na fila da frente (da dir. para a esq.), Lilian Marcondes Braga (engenheira agrônoma), Cláudia Sato (bióloga) e Denise Cubas de Moraes Prado (engenheira agrônoma).



foto: Natália Moradei



foto: Chinica Medeiros

Quadras esportivas

São Luiz do Paraitinga está próximo de realizar uma das metas do Plano Municipal da Educação. Trata-se da construção de novas quadras poliesportivas, destinadas às atividades de lazer. Na zona rural serão construídas duas quadras e outras duas receberão cobertura. Na área urbana, será feita a revitalização do espaço localizado junto ao terminal rodoviário e a reforma Ginásio Poliesportivo.

A EMEF Joaquim Ribeiro de Almeida, no Bairro dos Caetanos, já está com a obra em andamento. A construção da quadra na EMEF Cassiana dos Santos Moreira, no Bairro dos Alvarengas e na EMEF João Gonçalves dos Santos, no São Sebastião, devem começar em julho.

Quem batizou as ruas do centro

As principais ruas do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga, que homenageiam datas e pessoas consideradas importantes para o desenvolvimento do município, tiveram, antigamente, outros nomes. A seguir, um passeio por elas.

Rua do Carvalho. A mais antiga da cidade. Ali ficava a residência do fundador, o sargento-mor Manoel Antônio de Carvalho – daí a denominação dessa via. Em sua casa reunia-se o Conselho (equivalente à atual Câmara Municipal), antes de ser construída a primeira cadeia. A rua sempre teve essa denominação.

Praça Dr. Oswaldo Cruz. É a praça da Matriz. Desde 1928 homenageia a importante personalidade nascida em São Luiz. Além de higienista, Oswaldo Gonçalves Cruz foi o introdutor da ciência experimental no Brasil e eleito membro da Academia Brasileira de Letras, em 1913. Antigamente era chamada simplesmente de Pátio. Depois da construção da igreja, em 1840, passou a ser conhecida como Largo da Matriz.



Rua Barão do Paraitinga. O título era de Manoel Jacintho Domingues de Castro. Ele nasceu em São Luiz, em 3 de julho de 1810. Era um dos chefes políticos mais respeitados na Província de São Paulo e o único representante da nobreza imperial no município. Foi deputado estadual e agraciado com o título nobiliárquico por D. Pedro II. Por sua iniciativa, fundou-se na cidade, em 15 de dezembro de 1878, o Instituto Literário

Luizense, onde se reuniam poetas, músicos e a parcela mais intelectualizada da elite local. Ficava no prédio onde hoje funciona a Prefeitura e tinha uma biblioteca com cerca de 2.000 volumes. O Barão do Paraitinga faleceu em sua cidade natal em 30 de novembro de 1887.



Rua Coronel Domingues de Castro. Filho do Barão do Paraitinga e também chamado Manoel Jacintho, foi deputado estadual, representando o Vale do Paraíba (que, à época, era chamado de “Norte de São Paulo”). Ele foi o autor do projeto de lei que criou os grupos escolares (agrupamento de escolas) em São Paulo. Por sua influência o Grupo Escolar Cel. Domingues de Castro foi o primeiro a ser instalado no Estado, em 30 de novembro de 1895. Antes, a rua foi chamada de Rua da Ponte, uma vez que havia uma ponte de madeira no exato local onde hoje existe a passarela; depois, Rua das Mercês e, a partir de 1859, Rua Direita, até 1905, quando, após a morte do coronel, recebeu o nome atual.

Rua 31 de Março. Recebeu esse nome em comemoração ao dia 31 de março de 1773, quando a povoação foi elevada à categoria de Vila, que lhe dava o direito a ter paróquia, Conselho (ou câmara) Municipal e pelourinho – este, uma pedra que representava a presença do poder do rei de Portugal. Servia também para punir os rebeldes, que eram ali

amarrados. Depois da Independência, foi usada para castigar escravos. Até 1917, a pedra estava incólume, encimada por duas argolas. Naquele ano, para marcar o 13 de maio, Dia da Abolição, um negro de nome Egídio destruiu a peça amarradas. Parte da pedra ainda está no local. Essa rua foi chamada de Rua da Cadeia e, depois denominada Rua D. Pedro II.



Praça Euclides Vaz de Campos. Major da Guarda Nacional, fazendeiro, farmacêutico e político, faleceu em 1957. Antigamente era chamada de Largo da Força, pois ali ficava a primeira cadeia do município, onde também funcionava, no andar superior, o Conselho Municipal. Esse prédio ruuiu durante a grande enchente ocorrida em 1864. Depois, chamou-se Largo da União.



Rua Monsenhor Ignácio Gioia. Homenagem ao padre italiano que foi vigário da paróquia de 1912 a 1961. Embora fizesse parte da nobreza italiana, em São Luiz viveu uma vida espartana, não acumulando qualquer bem material nos quase 50 anos de seu paroquiato. Desde a fundação da vila até meados do século 20, o local se chamou Rua do Rosário, pois em 1767 já existia ali uma igreja com essa invocação. Este primitivo

templo foi destruído em 1915, para a construção da atual igreja do Rosário, inaugurada em 1921.

Rua Cônego Costa Bueno. João Antônio da Costa Bueno foi vigário em São Luiz em duas ocasiões. Ainda como padre, no período de 1891 a 1894, ele construiu a segunda torre a igreja Matriz; na outra fase de seu paroquiato, de 1898 a 1900, já possuía o título de cônego do cabido diocesano.



Rua Floresta. Ali começava a antiga estrada para Ubatuba, por onde passavam as tropas que levavam para o porto cerca de um terço de todo café produzido na Província de São Paulo. Subia o Alto do Cruzeiro (que até 1885 era chamado de Morro de São Sebastião, pois lá existia uma capela dedicada a esse santo), e a estrada continuava pelo atual Bairro dos Pimentas. Era em grande parte calçada com pedras irregulares, como as que até hoje pavimentam esta rua. Sempre teve esse nome.

Rua Coronel Manoel Bento. Também da família Domingues de Castro, era bacharel e foi o comandante da 3ª Cia. da Guarda Nacional em São Luiz do Paraitinga, que abrangia também as vilas de Lagoinha e Natividade da Serra. Esta rua é a mais recente entre as que compõem o núcleo histórico da cidade, por isso até hoje é conhecida popularmente como Rua Nova. Foi aberta por volta de 1870 e recebeu o nome oficial de Rua dos Fazendeiros.

Sem saúde, sem descendentes

Há nove meses não nasce uma criança em São Luiz do Paraitinga. O problema não está relacionado com a fertilidade dos moradores, mas à falta de condições da Santa Casa de Misericórdia em oferecer atendimento médico a gestantes. A orientação dada pelos médicos é que as pacientes se dirijam a hospitais de Taubaté, Pindamonhangaba ou Aparecida para terem seus filhos.

Dispondo de trinta leitos, duas ambulâncias e uma sala radiológica precária, a Santa Casa enfrenta o que centenas de hospitais brasileiros conhecem bem – receita apertada para cobrir todos os gastos. Como entidade filantrópica, parte da renda da unidade vem da Prefeitura Municipal, a outra parcela é concedida pelo Estado e pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A administração municipal também é responsável pela compra de soro e outros materiais.

A gestão da Santa Casa é feita pelo provedor Alfredo Nocera Filho. Com 45 funcionários, entre enfermeiros, atendentes e dois médicos que se revezam para prestar atendimento à população, a unidade não foi contemplada no plano de ajuda emergencial oferecido pelo governo do Estado de

São Paulo, no início do ano.

Para Paulo Rogério da Silva, administrador da entidade, mesmo com tantas deficiências, a Santa Casa ainda consegue atender os pacientes com problemas de saúde menos graves. “O ideal seria se o hospital pudesse atender a todos os casos, sem precisar encaminhar as pessoas para hospitais de outras cidades”, diz.

Centenária

O primeiro prédio da Santa Casa de Misericórdia de São Luiz do Paraitinga ficava na Rua Benfica. Foi construído por iniciativa da Irmandade da Misericórdia Nossa Senhora da Conceição.



Entrada principal da Santa Casa: há mais de um século prestando serviços de saúde à população

retor clínico.

O prédio atual foi construído em 1900, por iniciativa da família Domingues de Castro, então uma das mais importantes da cidade. Até a década

de 1970, a Santa Casa foi mantida pela Irmandade da Misericórdia e, na maior parte do período, dirigida pelos vigários da paróquia.

de 1970, a Santa Casa foi mantida pela Irmandade da Misericórdia e, na maior parte do período, dirigida pelos vigários da paróquia.

Situação atual

O *JR* acompanhou os trabalhos na Santa Casa na tarde de uma sexta-feira, 18 de junho. Não havia demora entre o cadastramento na recepção e a entrada dos pacientes para o atendimento médico. Mas foi registrado a chegada de uma ambulância transportando um cadeirante. Não havia enfermeiros para auxiliar na locomoção do paciente e o próprio motorista do veículo foi quem tomou essa providência.

“O atendimento não é adequado, precisa melhorar muito”, diz Maria de Almeida, moradora da cidade, enquanto aguardava ser recebida pelo médico. Outro paciente, Edson José de Paula Andrade, afirma que não dá para criar expectativas quanto ao atendimento de saúde da cidade. “Quem tem doenças mais graves deve procurar os hospitais mais preparados; aqui só os casos simples”, disse.

No hospital é possível realizar exames laboratoriais que não dependam de equipamentos modernos.

foto: Chinica Medeiros